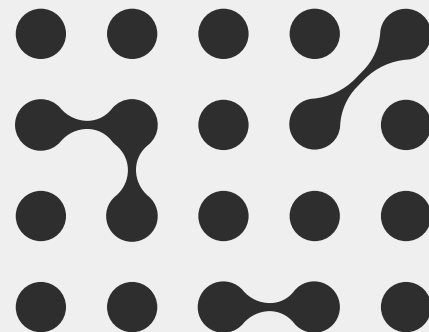


GRAU DE PADRONIZAÇÃO DOS DADOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NOS PORTAIS DE TRANSPARÊNCIA MUNICIPAIS

Governo Aberto - 2022

■ Escola de Artes, Ciências e Humanidades

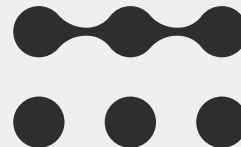


SOBRE O TRABALHO



Integrantes

- Ana Paula Souza Leal - 9777257
- Bruno de Sousa Almeida - 9911451
- Jessica da Paixao Melo - 10875986
- Leonardo Sato de Souza - 10414682
- Mateus Santos Saldanha - 10882873
- Paula Scaravatti - 10782652
- Vanessa Alves do Nascimento - 10882848



Professora

- Gisele S. Craveiro

OBJETIVO

- O objetivo deste trabalho é **analisar as plataformas de transparência municipais com o intuito de verificar o grau de padronização dos dados orçamentários** dos portais, tal como avaliar quais dados estão disponíveis, tipos de formatos de arquivos, intervalo de tempo das informações à disposição e como os mesmos são atualizados. Os respectivos portais analisados foram das **capitais brasileiras**. Após o estudo de caso, deve-se disponibilizar o mapeamento ao público em geral.





CONTEÚDO DA APRESENTAÇÃO



Metodologia

Como desenvolvemos
a pesquisa

01

03

Análises

Quais foram nossos
resultados

Recomendações da CGU

O que a CGU obriga
sobre dados de gastos
públicos nos portais

02

04

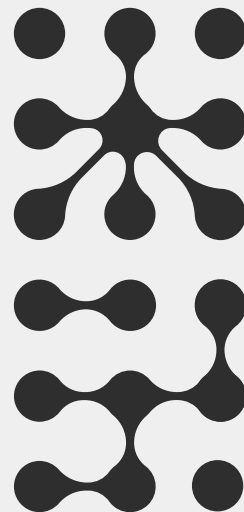
Conclusão

Discussão sobre o tema e
trabalhos futuros



METODOLOGIA

Como desenvolvemos ■
a pesquisa





GUIA de implantação de Portal da Transparência

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas

1ª edição
Brasília/2013



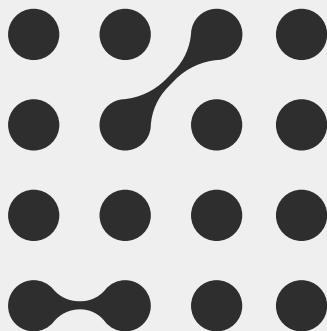
QUAL A NOSSA METODOLOGIA?

Analisar a forma como os dados orçamentários são disponibilizados nos portais de transparência das capitais. Isso considerando a padronização da apresentação desses dados, formatos de arquivos disponibilizados e se sua atualização é feita em tempo real, conforme disposto pelo Guia de Implantação de Portal de Transparência pela Controladoria-Geral da União e Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas em 2013, contando como referência a Lei de Transparência e a LAI.



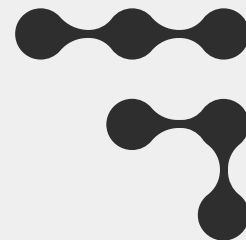


02



RECOMENDAÇÕES DA CGU

- Este guia orienta quais informações orçamentárias são recomendadas e devem constar nos portais de transparência dos municípios, com base na implementação da LC nº 131/2009 e seus normativos correlatos.



SOBRE O SÍTIO ELETRÔNICO



Nome do link

Recomenda-se que o link siga o padrão:

município.uf.gov.br/transparência



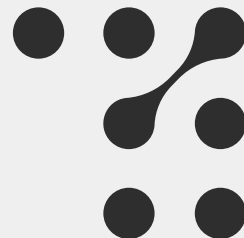
Adesão ao Portal do Governo Federal

Registro no
www.contaspublicas.gov.br



Padrão de dados abertos

Os arquivos devem ser publicados de forma que sua reutilização não seja limitada.



DETALHAMENTO DAS DESPESAS

Obrigatórios. Baseados no Decreto nº 7.185/2010

Data da despesa

Classificação orçamentária

Número de processo da execução

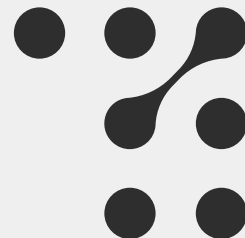
Identificação da pessoa física ou jurídica beneficiária

Valor do empenho, liquidação e pagamento

Descrição do bem fornecido ou serviço prestado

Procedimento licitatório realizado

Unidade gestora



DETALHAMENTO DAS RECEITAS

Obrigatórios. Baseados no Decreto nº 7.185/2010

Data da posição

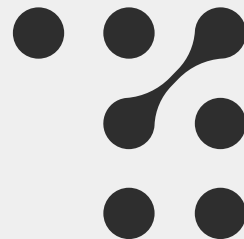
Valor da previsão

Unidade Gestora

Valor do lançamento

Natureza da Receita

Valor da arrecadação



INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Obrigatórios. Baseados no Art. 48 LRF

Plano Plurianual (PPA)

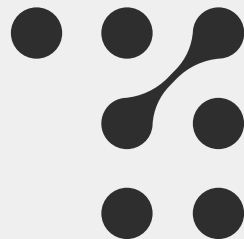
Prestação de Contas

Lei de Diretrizes
Orçamentárias (LDO)

Relatório Resumido da
Execução Orçamentária
(RREO)

Relatório de Gestão Fiscal
(RGF)

Balanço Anual do Exercício
Anterior



PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Obrigatórios. Baseados na Lei 12.527/2011 e a Lei 9.755/98

Informações concernentes a procedimentos licitatórios

Relações Mensais de todas as compras feitas pela Administração direta e indireta

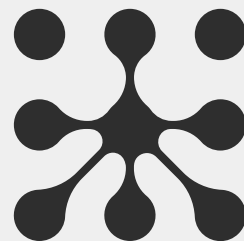
Resumo dos instrumentos de contrato ou de seus aditivos e as comunicações ratificadas pela autoridade superior

- Tivemos o total **28 itens** a serem analisados em cada portal de transparência das capitais brasileiras.

03

ANÁLISES E RESULTADOS

O que obtivemos ■



OS MAIS E MENOS PADRONIZADOS



Vitória e Porto Velho

Cumprem 27 dos 28
itens indicados



Bem padronizados

Macapá, Cuiabá, Belo
Horizonte e Belém
cumprem com 25 dos
28 itens

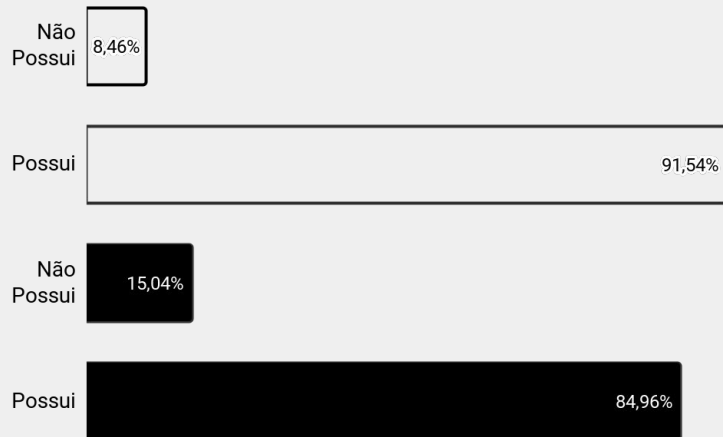


Não muito bem

Boa Vista cumpre com
6 dos 28 tópicos.
Florianópolis, com 10
de 28, Salvador e
Palmas, com 13 de 28.



Dados abertos e registro no Contas Públicas



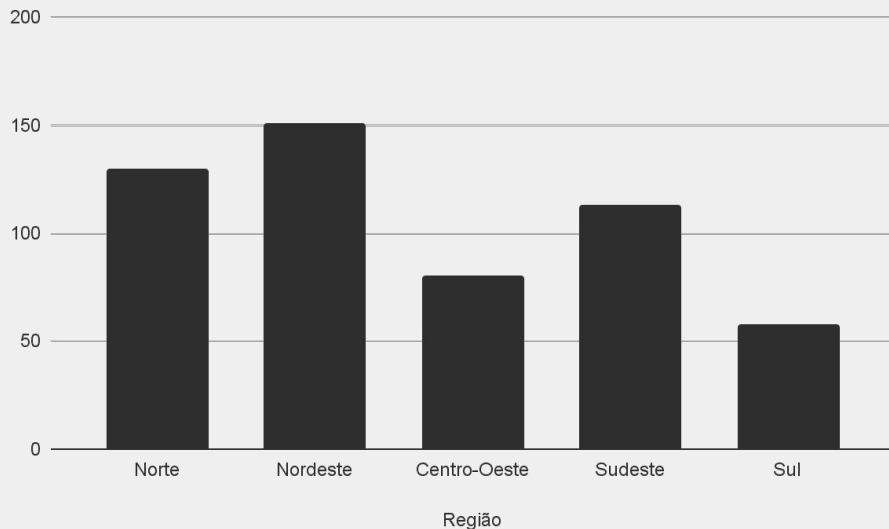
☐ Formato de dados abertos

Aproximadamente 90% dos portais de transparência das capitais disponibiliza os dados orçamentários em algum tipo de formato de dados abertos. Porém não há uma padronização sobre a disponibilização de dados e o download nem sempre funciona.

☒ Possui registro no Contas Públicas

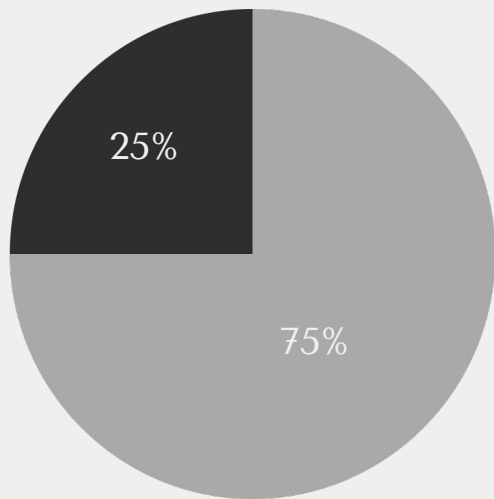
Este ponto obrigatório está disponível e atualizado em aproximadamente 85% das capitais analisadas. Das capitais restantes, que somam 15,04%, não possuem o registro ou o cadastro está desatualizado.

Regiões mais transparentes



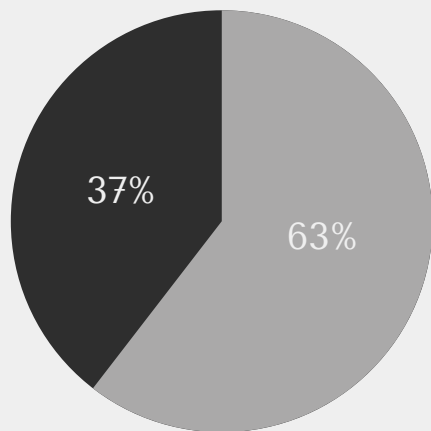
A região Nordeste pode ser qualificada como “mais transparente”, visto que suas capitais possuem a maior quantidade de indicadores fornecidos em seus respectivos Portais de Transparência.

Detalhamento de despesas



A maioria dos portais disponibiliza o detalhamento de despesas com todas ou quase todas as informações exigidas pelas leis de transparência. Isso foi verificado em 27 das capitais analisadas, onde 19 possuem a descritiva dos gastos.

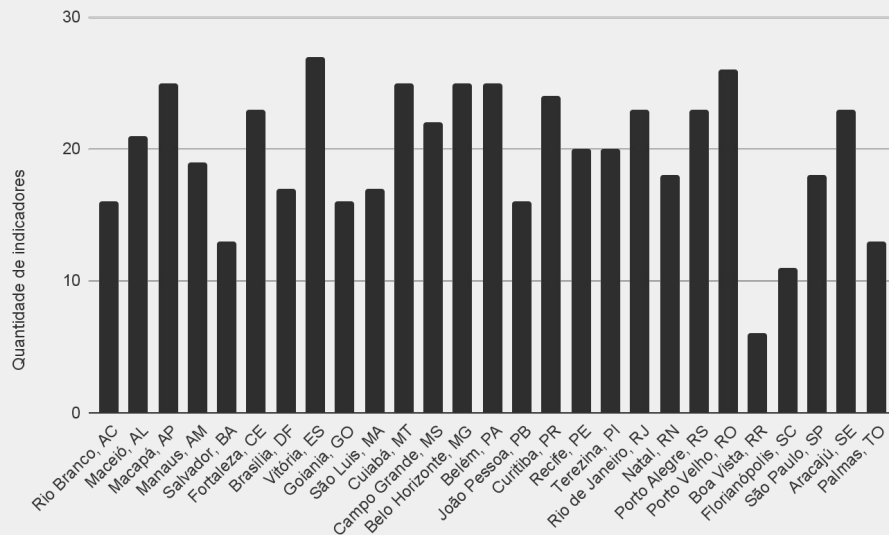
Possui um catálogo de dados abertos



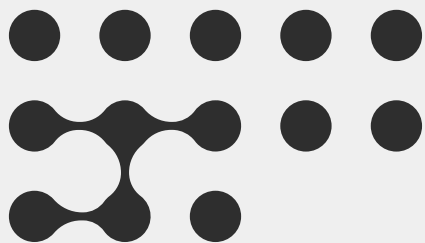
São 10 capitais brasileiras (37%), sendo elas Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Vitória, Cuiabá, João Pessoa, Curitiba, Recife, Porto Alegre e São Paulo que possuem um inventário de dados abertos seguindo a Lei nº 12.527/11, art. 8º, §3º, incisos II e III, onde recomenda-se que o ente federado divulgue uma listagem, inventário ou catálogo dos conjuntos de bases de dados abertos em seu site oficial.

Nesse caso foi verificado além da existência do catálogo dos datasets, a base de dados da descritiva de despesas públicas atualizadas para uso em sistemas informatizados.

Total de indicadores por capital



Quantidade de indicadores fornecidos nos Portais de Transparência de cada capital brasileira.



04

CONCLUSÃO

- Discussão sobre o tema

Conclusão



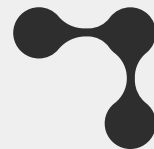
O grau de padronização baixo

O grau de padronização dos dados de execução orçamentários se demonstrou baixo de acordo com os critérios definidos.



Falta de informações detalhadas

Informações cruciais para análise orçamentária, como a descrição dos gastos, não são normalmente disponibilizadas nos portais de transparência e são difíceis de serem encontradas e filtradas nessas plataformas.



Discussão e trabalhos futuros

A acessibilidade de informações disponibilizadas
em plataformas governamentais

Impacto social

É nítido que a falta de padronização encontrada nos portais de transparência das capitais que foram analisados, se traduz em falta de informação tanto para a população que deveria ter acesso aos dados de uma maneira que priorizasse o controle social quanto para aquelas pessoas que junto do poder público tentam desenvolver as chamadas civis techs.

Trabalhos futuros

- Cartilha de boas práticas de publicação de gastos públicos para o uso em tecnologias cívicas
- Guia de padronização nos metadados de gastos públicos
- Plataforma de unificação de gastos públicos de todos os municípios brasileiros de acordo com os padrões definidos nos metadados

Obrigado!

Alguma pergunta?

Integrantes

- Ana Paula Souza Leal - 9777257
- Bruno de Sousa Almeida - 9911451
- Jessica da Paixao Melo - 10875986
- Leonardo Sato de Souza - 10414682
- Mateus Santos Saldanha - 10882873
- Paula Scaravatti - 10782652
- Vanessa Alves do Nascimento - 10882848

Professora

- Gisele S. Craveiro

